



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES REUNIDAS DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

P A R E C E R

Vem para análise e parecer das Comissões Reunidas, o Projeto de Lei nº 83/2020, de autoria do Prefeito Municipal, que busca a autorização desta Casa, para contratar Operação de Crédito com a Agência Fomento do Paraná S.A.

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

" ...

Sobre este projeto, segundo o que indica a Mensagem nº 045/2020, a operação de crédito visaria inserir o Município no "Projeto Zero Energy", em escolas do Estado do Paraná, que possibilitará que as unidades escolares municipais adotem medidas de eficiência energética para buscar a auto-suficiência em energia. Com isso, segundo informou o Prefeito, o Município também economizaria recursos na ordem de mais de um milhão e meio de reais, com a redução de custos com a manutenção, mão-de-obra e materiais empregados na rede de energia elétrica.

O custo total do investimento é de mais de dez milhões, assim definidos pelo executivo:

O conjunto de ações de eficiência energética e a implantação de sistemas de geração de energia através do

Rogério Quachos



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

uso de fontes incentivadas, resulta em um projeto com um valor total de R\$ 10.390.420,82 (dez milhões trezentos e noventa mil quatrocentos e vinte reais e oitenta e dois centavos) sendo deste valor R\$ 6.394.032,32 (seis milhões trezentos e noventa e quatro mil e trinta e dois reais e trinta e dois centavos) via COPEL a fundo perdido (Programa Zero Energy/Eficiência Energética), e o valor de R\$ 3.996.388,50 (três milhões novecentos e noventa e seis mil trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) em contrapartida municipal através de financiamento, mediante a contratação de Operação de Crédito até o limite de R\$ 3.996.388,50 (três milhões novecentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) com Agência Fomento do Paraná S.A.

...

Primeiramente, no entendimento deste departamento, nota-se que o projeto se mostra dotado de interesse público. A educação possui status de prioridade constitucional, tendo em vista, nesse sentido, a adoção da regra da receita vinculada presente no artigo 212 para o poder público em geral.

Especificamente sobre a presente contratação da operação de crédito com a entidade Paraná Fomento, o volume anunciado de recursos que serão economizados pelo Município também fazem denotar as vantagens da realização desse empréstimo, uma vez que irá proporcionar a instrumentalização das escolas municipais com nova e eficiente estrutura energética.

...

Parece claro, portanto, a este departamento que o presente projeto se mostraria dotado de interesse e de vantagens ao Município, o que cumpre preceito importante previsto nesse sentido na legislação aos Municípios (art.30, inciso I, CF). Por ser programa ou linha de crédito exclusivo e temporário, este aspecto também empresta características de

[Handwritten signatures and initials]
Foz do Iguaçu
Regênio Quadros



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

exclusividade ao empréstimo, o que afastaria a necessidade de licitação prévia para a escolha da entidade financeira para emprestar os recursos a serem utilizados pelo Município.

A Constituição Federal, no inciso IV, do artigo 167, veda a cedência de receita de fundo e impostos como garantia a empréstimos públicos. A regra, todavia, não é aplicável ao presente caso.

Os Estados e Municípios podem oferecer os recursos dos fundos de participação como garantia em operações de crédito celebradas com instituições financeiras. O parecer da Advocacia-Geral da União deu nova direção à regra constitucional acima. O parecer da AGU, que possui natureza vinculante, foi emitido e publicado em 2018; desde então, o Fundo de Participação dos Municípios vem sendo oferecido regularmente como garantia em operações de crédito pelos Municípios.





Além do parecer da AGU, devemos observar também que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a validade da vinculação de verbas de repartição constitucional de receitas no Recurso Extraordinário nº 184.116.

A prática de oferecer recursos públicos como garantia também se deve ao fato de que elas muito raramente são executadas pelos credores, uma vez a existência alta de adimplência dos empréstimos públicos e também pela rígida legislação fiscal brasileira.

Quanto à questão da vinculação de impostos, a regra não é bem clara ainda, todavia, o STF já se manifestou nos dois sentidos, o que permite a prática do uso da garantia através da receita de impostos.

...

O entendimento pela possibilidade do oferecimento da receita de impostos como garantia parte do pressuposto também de que ela




 Rogério Quadros



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

não se daria sobre tributos próprios (taxas e contribuições), mas sobre a quota pertencente aos Municípios, o que se percebe no projeto, através do texto do artigo 4º.

A legislação brasileira não proíbe, mas limita a realização de operações de crédito no último ano de mandato. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/90), veda a contratação de operação de crédito no último ano de mandato...

No entanto, esta regra prevista na LRF se direciona apenas para a hipótese de operação de crédito por antecipação de receita, o que não é o caso deste projeto. Esta regra, assim, não cabe aplicação aqui.

Já a Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, também proíbe a contratação de operações de crédito; todavia, a previsão rejeita os casos ocorridos dentro dos 120 dias antes do final do mandato, o que também não se aplica ao presente projeto enviado pelo prefeito, eis que restam ainda mais de cinco meses para o término do seu mandato.

Como vemos, a operação de crédito buscada pelo executivo municipal não se encontra proibida por ser realizada no último ano do mandato.

...

Isto posto, com base nas ponderações acima referidas, conclui-se ao ilustríssimo relator, que o Projeto de Lei nº 83/2020 mostra-se LEGAL, eis que formal e materialmente observa as regras atinentes às operações de crédito público, em especial o artigo 30, inciso I e artigo 167, inciso IV, ambos da Constituição Federal; artigo 38, inciso IV, letra b, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/90), além do Parecer da Advocacia Geral da União - AGU/GMF nº 07, publicado no DOU, de 04 de abril de 2018."

Través *Quio* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]* *Regênio Quachos*



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu


ESTADO DO PARANÁ

Diante do exposto, após a devida análise da Matéria e em vista das considerações apresentadas pela Consultoria Jurídica pela sua legalidade formal e material, observando as regras atinentes às Operações de Crédito Público, nos manifestamos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 83/2020.


Sala das Comissões, 17 de julho de 2020.

CLJR

CEFO


Rogério Quadros
Vice- Presidente/Relator


Rudinei de Moura
Presidente


Elizeu Liberato
Presidente


Edílio Dall'Agnol
Vice-Presidente


João Miranda
Membro


Anice Gazzaoui
Membro